

ATA DA 1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os **representantes governamentais**: Débora Nunes Barbosa, representante suplente (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Sílvia Cantarino (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), delegado Luís Felipe Del Fuente (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP), Cláudio Márcio Araújo da Gama (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), e representando a **sociedade civil**: Ana Ludvig, representante titular, (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Fabrício Bogas Gastaldi, representante titular, (Acontece Arte e Política LGBTI+), Lucilene Binsfeld, representante titular, (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Ricardo Maes, representante suplente, (Central Única dos Trabalhadores – CUT) Maria Lúcia Haygert (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Del Carmen (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Rosemeri Prado (Federação Catarinense dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina – FECESC) e como **convidados**: a diretora de direitos humanos da SAS, senhora Ana Carolina de Castro Freitas Santos e a ex-conselheira Erli Aparecida Camargo (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM). A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e deu início a reunião que teria como pauta única os **ajustes finais para realização das conferências (3)**. Após ter sido feito o **levantamento de quórum (2)** com número suficiente para as deliberações. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, foi apresentada pelos conselheiros Maicon de Medeiros (SAS) que se encontrava de atestado médico e o senhor Marcos Leandro Espíndola (SED) que devido a choque de agendas. O presidente abriu a reunião mencionando dificuldades no financiamento da Conferência e da necessidade de finalização de documentos pendentes. A gerente Débora Nunes (GEMDH) cumprimentou a todos e comentou que seguindo as orientações, primeiro se faz uma previsão orçamentária, porém não há recurso disponível para a realização de uma Conferência nesse momento. Acrescentou ao seu relato que teria surgido uma dúvida e foi feita uma consulta jurídica, porém estaria aguardando resposta. A dúvida seria quanto a realização de 2 (duas) Conferências seguidas, por exemplo, em menos de 1 (um) ano e surgir questionamento do Tribunal de Contas do Estado. A gerente relatou que provavelmente virá chamamento das Conferências Estaduais porque o ministro fez uma convocação de todos os gestores de Direitos Humanos. Débora (GEMDH/SAS) ressaltou em sua fala que não se estava questionando a legitimidade do evento, e; se colocou às ordens para pensar estratégias, disponibilizando: recursos humanos, tecnológicos, ou se pensar em Conferências livres, Pré-Conferências, finalizou reiterando que a gerência estava aguardando o parecer jurídico quanto à questão acima mencionada. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) informou que no dia 03 de abril o Poder Executivo protocolou na Assembleia Legislativa (ALESC) projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) e o documento estaria na fase de emendas, tanto do executivo quanto dos deputados. Fabrício (Acontece) sugeriu que ficasse como ponto de pauta para outra reunião. A diretora Ana Carolina (DIDH/SAS) sugeriu que primeiro deveria ser pensado em ações estratégicas de diagnóstico, para que sejam verificados os gastos. Com relação às emendas impositivas poderia ser verificada essa possibilidade e que não haveria impossibilidade de recurso para a realização da conferência e colocou à disposição equipe de apoio para não deixar de

atender as expectativas do CEDH-SC neste momento, com possibilidade de fazer um evento híbrido. O presidente comentou que essas dificuldades financeiras colocadas geram um desgaste porque as Conferências estão sendo discutidas há mais de 3(três) meses, que entende a troca de governo mas afirmou que existe uma falta de compromisso do estado de Santa Catarina com as pautas de Direitos Humanos. Fabrício (Acontece) manifestou-se a favor de tentar uma reunião com o poder legislativo para impor uma linha de financiamento para os Direitos Humanos, mas não somente para as Conferências como também para a execução de Políticas Públicas. Concluiu dizendo que este momento seria de articulação para verificar de que forma seria realizada a Conferência, mesmo sem recurso nesse momento, e a nomenclatura permaneceria Conferência, não sendo aceita a sugestão de Pré-conferência e Conferência Livre. A convidada Erli Camargo (FMM) relatou ter encontrado toda a documentação da Conferência realizada em 2016 e explicou que estava começando por este ponto porque na época teria acontecido conversa semelhante entre o CEDH e o estado, porém o Conselho tinha acúmulo e toda a organização pensada para a realização do evento. Segundo o relato da convidada as Conferências aconteceram de forma livre dentro da perspectiva do que antecedeu a Conferência Estadual. Erli Camargo (FINER) comentou que no final o Secretário/a da época liberou as passagens para os conselheiros se deslocarem para Lages e os demais foram por conta dos municípios. A ex-conselheira explicou a forma como aconteceu a Conferência que contou com a participação total de 270 pessoas e concluiu manifestando-se contrária a fala da diretora Ana Carolina (DIDH/SAS) que não existe condições e precisa ter um diagnóstico e explicou que por não ter diagnóstico, por não ter um Plano pleno de Direitos Humanos no estado durante esses anos de CEDH, precisa-se fazer uma Conferência. Concluiu expondo que a Conferência ajuda a levantar a realidade, e lembrou que existe um acúmulo de diagnóstico que foram os encontros Mesorregionais que aconteceram no mandato anterior do CEDH e que foram sistematizados na gestão atual. Por fim, sugeriu que o Conselho faça pedido básico porque a Conferência de 2016 teve um gasto inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil) reais e contemplou o desejo do Conselho. A diretora Ana Carolina (DIDH) direcionou sua fala a convidada Erli Camargo (FMM) e afirmou ter falado de diagnóstico na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) e não teria falado em diagnóstico para as Conferências. A diretora ressaltou a importância do evento, porém não havia condições, **neste momento**, de realizar uma conferência grande porque não havia chegado uma convocação do Conselho Nacional e para os parâmetros governamentais esse fato seria importante. Concluiu seu relato colocando novamente à disposição equipe da diretoria de direitos humanos e tentar as diárias, porém no sentido amplo, não seria possível a realização, que a intenção enquanto governo é que o evento aconteça. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) relatou que a Comissão não havia recebido nenhum comunicado acerca de impossibilidades na realização das Conferências e desta forma, foram seguindo com a elaboração dos documentos e sua organização. Complementou informando que no dia 09 de maio seria realizada a 1ª Conferência Mesorregional em Criciúma, teriam sido enviadas as cartas-convites e na última plenária do CEDH ficou deliberado pela sua participação e do presidente Fabrício (Acontece) na regional Sul, no caso Criciúma. As entidades estariam sendo mobilizadas nas demais regiões, citou como exemplo as regiões de Lages e Chapecó. A conselheira reforçou que os documentos estariam todos no Google doc. (drive), e mencionou todo o trabalho da Comissão desde o levantamento e sistematização de todo o conteúdo dos encontros realizados no mandato anterior do CEDH, desde a elaboração do diagnóstico, referências orientadoras, modelo de relatório para sistematização num mesmo formato de modo a facilitar a sistematização final e, por fim, fez um desabafo quanto a sua preocupação na plenária anterior

que as pessoas não conseguiriam ler os documentos antes desta reunião e, ao que parecia as pessoas não haviam feito a leitura como previsto. A conselheira disse que seria muito frustrante a não realização do evento após tanto esforço e que fosse dialogado uma forma para sua realização. Fabrício (Acontece) concordou com a conselheira e disse que a denominação seria Conferência e não foi aceita a sugestão de alteração para conferências livres, Pré-Conferências e explicou que o CEDH estaria conferindo o estado de Santa Catarina no que tange a Política de Direitos Humanos e concluiu que o Conselho teria a prerrogativa de convocar uma Conferência, que inclusive foi deliberada em plenária. O presidente afirmou que o estado não teria nem um Plano e nem uma Política clara de Direitos Humanos e estaria defasado em relação aos demais estados da federação. A secretária do conselho questionou ao pleno quanto ao documento do Termo de referência, que não teria visualizado no drive. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) sugeriu que a Mesa Diretora marque uma reunião com a Secretária da pasta para dirimir todas as dificuldades porque seria muito desgastante para todos essa situação, e relatar todas as questões em andamento no CEDH. Por fim, a conselheira disse que o documento não teria sido disponibilizado e questionou quanto ao orçamento entregue no ano anterior, se não teria sido aprovado. Fabrício (Acontece) disse que o orçamento teria sido solicitado algumas vezes ao CEDH, a lembrou da mudança de gestão do governo. A secretária informou que havia compartilhado o Termo de Referência, porém iria disponibilizar novamente. A vice-presidente Celina Duarte (IGENTES) sugeriu fazer um levantamento do que seria preciso em cada região e após buscar uma forma de viabilizar recursos. Concluiu propondo, que, após feito o levantamento marcar uma reunião com a Secretária, cabendo ao estado analisar esses valores. A convidada Erli Camargo (FMM) complementou a fala da vice-presidente sobre o Termo de Referência (TR) e mencionou haver 2 (duas) hipóteses, a primeira seria que o governo deve investir recursos próprios para fazer os trabalhos do CEDH e o outro ponto seria a não existência de um fundo próprio que possa captar recursos de fora, e informou a existência do setor solicitante que trabalha com a rubrica 100, indagou a gerente se ainda existia. Quanto a nacional teriam 2 (duas) hipóteses: a sociedade civil seria financiada pelo governo federal e os governamentais pelo estado de Santa Catarina. Concluiu mencionando ser de fácil preenchimento o setor solicitante, porém seria preciso dialogar para decidir sobre cada ação. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) perguntou se haveria ou não a Conferência, antes de discutir sobre o Termo de Referência (TR). O problema, segundo a professora não seria não haver recursos, mas não dar os recursos ao CEDH, pois se tratava de um valor ínfimo, então não havendo decisão política, o Conselho deveria buscar formas de realização das Conferências. A conselheira indagou se deveria fazer o Termo de Referência apenas para constar que foi feito, ou o CEDH deveria se preocupar pragmaticamente em como organizar o evento. A professora expôs que a Conferência contaria, a princípio com 36 (trinta e seis) pessoas, contando que todos os municípios enviem seus delegados. A gerente Débora Nunes (GEMDH/DIDH) explicou que é importante informar ao estado qual recurso o CEDH precisa porque o orçamento enviado no ano passado foi de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil) reais. Segundo a gerente houve um ruído de comunicação e que o Termo de Referência não precisaria de orçamento que este seria de responsabilidade do executivo, e resgatou a fala da vice-presidente Celina (IGENTES) pensando primeiro nas regiões e depois na estadual. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH/UFSC) explicou que na esfera federal seria preciso realizar 3 (três) orçamentos para a licitação. A diretora Ana Carolina (DIDH/SAS) disse que se for feita licitação seria preciso os 3 (três) orçamentos que seria de responsabilidade do setor demandante, no caso a Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, caso fosse preciso utilizar o valor anteriormente

citado. Segundo a diretora (DIDH/SAS) nessa circunstância deve-se custear por dispensa de licitação ou compra direta com a devida justificativa, citando as diversas tratativas que estão acontecendo, que desde 2016 não ocorreu nenhuma outra Conferência de Direitos Humanos e apensar todos os documentos que justifiquem essa necessidade de que aconteçam nesse formato. Para a diretora a realização da Conferência no formato apresentado pelo CEDH seria possível, em se tratando de 36 pessoas, porém em sua visão o evento deveria ocorrer nos moldes do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDCA) e Conselho Estadual do Idoso, apesar de ambos terem fundos, embora esse fato não eximir que não aconteça a Conferência de Direitos Humanos. O presidente Fabrício (Acontece) explicou que quando foi entregue o orçamento foi pensado na Conferência num formato grande e quando a Comissão começou os trabalhos percebeu que não haveria possibilidade de se fazer nessa dimensão, tentou reduzir ao máximo. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH/UFSC) explicou que na região sul seria preciso apenas de passagens para o Fabrício (Acontece) e a própria Lúcia (IMDH/UFSC) conforme foi decidido na última plenária do dia 13/04, assim como já estaria definido em plenária que em cada região 2 (duas) pessoas do Conselho estariam presentes para dirimir dúvidas, fazer os encaminhamentos necessários, passagens, cópias dos documentos, não haverá sistematização propriamente dita em cada mesorregião, as propostas aprovadas irão para o relatório, que é igual para todas as regiões para facilitar a sistematização para a Conferência Estadual. Complementou seu relato dizendo que o gasto maior seria com a essa última porque os delegados das mesorregionais deveriam vir para a estadual. A conselheira expôs que os coordenadores das regiões: Erli Camargo (FMM), Lucilene “Tudi” – CUT-SC, Nasser (CDH Maria da graça Braz) e Ana (CDH Brusque) estariam buscando locais sem custos e que essas entidades forneçam um coffee-break. Acrescentou as passagens/diárias para os 36 (trinta e seis) delegados. Por fim, mencionou que no Regimento Interno consta que em cada mesorregião, serão 4 (quatro) delegados da sociedade civil e 2 (dois) delegados do governo, e seria feito uma conversa com as prefeituras para tentativa de financiar os seus representantes na estadual que será feita em 1 (um) dia. Pela manhã seria feita a abertura, estava sendo cogitado trazer 1 (um) convidado para a abertura com uma discussão pela manhã e à tarde as propostas das mesorregiões seriam colocadas para aprovação (ou não) e após feito o encerramento. A diretora Ana Carolina (DIDH/SAS) pediu para a secretária do conselho solicitar as 2 (duas) diárias do dia 09 de maio para que fosse levado pela própria diretora ao conhecimento do gabinete para autorização. Por fim, pediu que o CEDH fizesse um documento com previsão das demandas para a realização da conferência de outubro. A diretora colocou as estagiárias à disposição para auxiliar na relatoria mas deixou em aberto por causa das diárias. A secretária do conselho questionou se precisaria publicar algum dos documentos relativo às Conferências para que esta tenha validade. Fabrício (Acontece) disse que por estar registrado em ata a seu ver não haveria necessidade. A convidada Eril Camargo (FMM) lembrou que junto aos representantes governamentais poderiam ir de “carona” as representantes da sociedade civil. A diretora mencionou que não poderia levar os representantes não governamentais sem a autorização da Secretária da Pasta. Ana Carolina (DIDH/SAS) sugeriu que o presidente encaminhasse um pedido solicitando a ida dos representantes não governamentais no carro oficial, com indicação de nomes e CPF. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) mencionou que para a conferência da mesorregião de Chapecó seria necessário: diária e passagem, café, relatoria e material. O presidente Fabrício (Acontece) se dirigiu a diretora e a gerente e disse estar entendendo que as conferências seriam realizadas, porém com o mínimo recurso possível. Não havendo manifestação contrária o presidente mencionou que irá solicitar uma reunião com a secretária da pasta. A conselheira Lúcia Haygert

(IMDH-UFSC) solicitou que os representantes das mesorregiões encaminhassem as duas demandas para a construção do Termo de Referência (TR). Na sequência foi discutido sobre as **documentações**. A diretora Ana Carolina (DIDH/SAS) deixou garantido o material da mesorregião de Florianópolis. Dando continuidade à reunião o presidente mencionou que toda a documentação referente às Conferências estava compartilhada no drive há pelo menos 2 (duas) semanas para leitura. O presidente relatou ter lido os documentos e em sua opinião estavam todos bem elaborados. Erli Camargo (FMM) sugeriu encaminhar os documentos com antecedência aos organizadores para que as pessoas participem mesmo que de forma indireta. Explicou que no município de Lages o envio será feito via Associação de Municípios da Região Serrana – AMURES para todos os municípios da região. A intenção é que cada um desses faça uma reunião ampliada antes da Mesorregião de Lages para levarem os documentos preenchidos e digitalizados. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) fez os agradecimentos a convidada Erli Camargo (FMM) e a professora Juliana (IMDH-UFSC). Quanto aos documentos listados pela conselheira foram apresentados os seguintes: lista de presença, que poderia ser utilizado para formação de banco de dados, roteiro com os eixos, o diagnóstico e as referências orientadoras, um modelo de relatório e uma carta-convite. Por fim, foi lembrado que ao encaminhar a carta-convite seja anexado o roteiro com os eixos para elaboração das propostas. A convidada Erli Camargo (FMM) sugeriu fazer um calendário para divulgação. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) fez 2 (duas) sugestões: que na carta-convite seja apresentada apenas o endereço de cada mesorregião por etapas e que no roteiro seja disponibilizado link para envio de propostas caso não seja possível a participação. O presidente deixou as sugestões para apreciação da Comissão específica. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) propôs fazer um formulário separado do roteiro para recebimento das propostas. Por fim, salientou realizar a divulgação das Conferências nas mídias. A gerente Débora (GEMDH) perguntou sobre quando seria a reunião com a Secretária da Pasta e quanto a organização do Termo. O presidente mencionou que seria feita uma tentativa para a próxima semana quanto a primeira pergunta. Em relação a elaboração do Termo de Referência, a conselheira Lúcia (IMDH-UFSC) pediu aos organizadores/coordenadores para enviar suas demandas até a semana seguinte para começar os trabalhos. A ex-conselheira Erli Camargo (FMM) sugeriu encaminhar o regimento interno com antecedência juntos aos demais materiais para fazerem os apontamentos e cheguem na Conferência de forma simplificada. Concluiu, explicando ser uma homologação por aclamação, ou seja, é feita uma leitura por tópicos e colocado em votação. O presidente solicitou que o arquivo do regimento interno seja transladado para outra pasta dentro do drive, estendendo o prazo para apreciação final. Fabrício (Acontece) finalizou a reunião reforçando pedido de tentativa de articular reunião na Assembleia Legislativa (ALESC) para pleitear emenda para o CEDH. Por fim, foi feito o comunicado da publicação do edital de Processo Eleitoral do Conselho gestão 2023-2025. O presidente agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **0F488CKS**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 20/06/2023 às 17:05:22

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzBGNDg4Q0tT> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **0F488CKS** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.